

Música e mobilização social contra a exclusão de cidadãos portadores de deficiência

Raquel Maia Resende, Helena Santana

Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal, raquelmaiaresende@ua.pt; hsantana@ua.pt.

Resumo: Este artigo reflete a investigação do impacto da música na criação de bem-estar e na melhoria da qualidade de vida de uma população de adultos com deficiência mental, sensorial e motora, ao nível dos comportamentos individuais e sociais, e das capacidades de comunicação e expressão interpessoal. Tenciona-se trilhar um caminho na aceitação e valorização de cada indivíduo, encarando aspetos singulares, biológicos e sociais como oportunidades de exploração de capacidades, e investigando a concretização destes ideais através da música. Realizou-se uma intervenção prática semanal numa comunidade com multideficiência. Os resultados das sessões implementadas foram avaliados através de uma escala de avaliação e um questionário. Os objetivos foram concretizados e concluiu-se que a música proporciona melhorias significativas na qualidade de vida de uma população com deficiência. A proposta não é de inclusão, mas de não exclusão, sendo o projeto musical um agente consciencializador de princípios éticos de uma cidadania mais participativa.

Palavras-chave: mobilização social, participação cívica, (multi)deficiência, música.

Title: Music and Social Mobilization against the exclusion of citizens with disability

Abstract: This article reflects the investigation of the impact of music on creating well-being and on the improvement in the quality of life of adults with mental, sensory and motor disability with regard to both their individual or social behaviour and their interpersonal communication and expression abilities. It is intend to positively contribute to the acceptance and appreciation of every person, using specific, biological and social traits as opportunities to explore distinctive features, and assessing the fulfilling of these aims through music. A practical weekly intervention programme was held among individuals with multiple disabilities. The results were evaluated with an assessment scale and a questionnaire. There was evidence that the goals were achieved and that music significantly improves the life of people with disability. The aim of the proposal is non-exclusion, the musical project being a dynamic force able to increase one's awareness of the ethical principles which participative citizenship requires.

Keywords: social mobilization, citizens' participation, (multi-)disability, music.

Título: Música e movilización social contra la exclusión de ciudadanos con discapacidad

Resumen: Este artículo refleja la investigación del impacto de la música en la creación de bienestar y en la mejora de la calidad de vida de adultos con discapacidad, con respecto tanto a su persona o la conducta social, y a su capacidad de comunicación y de expresión interpersonales. Tiene la intención de contribuir positivamente a la aceptación y el aprecio de toda persona, utilizando rasgos específicos, biológicos y sociales como oportunidades para explorar características distintivas, y evaluar el cumplimiento de estos objetivos através de la música. Los resultados de las sesiones implementadas fueron valorados con una escala de evaluación y un cuestionario. Los objetivos se lograron y concluyen que la música proporciona mejoras significativas en la calidad de vida de las personas con discapacidad. La propuesta no es de inclusión, sino de no exclusión, siendo el proyecto musical un agente concientizador de los principios éticos de una ciudadanía más participativa.

Palabras clave: movilización social. participación cívica. discapacidades (múltiples). música.

1. Introdução

Nas últimas décadas verificou-se em Portugal um interesse crescente e, por conseguinte, um desenvolvimento nas políticas de reabilitação e inclusão social das pessoas com deficiência. Uma nova abordagem da deficiência, combinando as dimensões médica, política, social e pessoal, emerge no horizonte da sociedade portuguesa e da consciência de cada cidadão. O conceito de cidadania é, porém, uma tendência imberbe no nosso país, tendo surgido apenas no presente século (Fontes, 2009).

Para aprofundar um projeto coerente, que defenda e leve a cabo políticas de transformação social, é necessário ainda percorrer, a nível nacional, um caminho de empenhamento e entendimento afetivo, onde razão e emoção se interliguem sob princípios éticos. Cabe a cada um de nós participar ativamente na proclamação da equidade social e do respeito pela diversidade, quebrando barreiras físicas, sociais ou psicológicas, criando e ressignificando conceitos. A forma de lidar com a vulnerabilidade inerente aos cidadãos com deficiência não depende, portanto, somente da sociedade e do Estado. Todos somos corresponsáveis pela construção de uma sociedade mais livre, justa, solidária e que proteja os direitos de todos os seus cidadãos, acompanhando e nutrindo oportunidades igualitárias de desenvolvimento e de criação de bem-estar, contribuindo para erradicar a marginalização, discriminação e desigualdades sociais.

De acordo com Uricoechea (n.d.), um movimento de mobilização empreendedor, em torno das nossas capacidades criadoras de soluções e capazes de transformar e ultrapassar limites, tem o potencial para combater atos de violência perpetrados contra o mundo (Bauman, 1999, citado por Uricoechea, s/d), e para superar motivações logísticas ou sociais na origem da exclusão social.

A música tem um papel de elevada importância em qualquer sociedade. Apesar das diferentes culturas e contextos sociais, a música, com os seus múltiplos formatos e manifestações, está presente em inúmeras situações da vida humana (Sacks, 2008). É, inegavelmente, uma fonte de comunicação e relacionamento entre os indivíduos, quaisquer que sejam as suas características ou particularidades, e pode tornar-se um veículo mediador de criatividade e bem-estar. Neste sentido, o presente artigo averigua os efeitos que a música e a sua linguagem têm na qualidade de vida e no comportamento pessoal e social de uma população com multideficiência do *Centro de Acção Social do Concelho de Ílhavo (CASCI)*, mais especificamente de um Centro de Atividades Ocupacionais dessa instituição.

Esta investigação decorreu durante o ano letivo de 2014/2015 e envolveu fases metodológicas distintas, tendo o processo empírico consistido na realização de 8 sessões de música. Através de diversos instrumentos musicais, atividades musicais e o recurso à movimentação corporal, foi nosso intuito ir ao encontro das necessidades individuais de cada um dos sujeitos num diálogo sonoro dinâmico e interativo. Todas as ferramentas deste estudo foram concebidas tendo por base uma fundamentação teórica que se estabeleceu de acordo com as patologias e necessidades manifestas da amostra. A recolha dos dados e aferição dos resultados foi feita através do preenchimento de uma escala de avaliação e de questionários. Todos os objetivos previamente definidos foram concretizados e concluiu-se que houve um aumento de bem-estar e uma consequente melhoria da qualidade de vida de todos os membros da comunidade estudada.

2. Mobilização social e (multi)deficiência

Um dos primeiros autores do séc. XX a defender ideias que ainda hoje sustentam o pensamento inclusivo foi Lev Vygotsky (Beyer, 2005). Este defendeu que, para o desenvolvimento humano, eram importantes e absolutamente necessárias as experiências e interações sociais, sendo o isolamento e a segregação fatores fragilizadores e potenciais problemas ético-sociais (Beyer, 2005). Seguindo os ideais deste pensador, é urgente reconhecer a identidade única de cada um de nós, rompendo com parâmetros normativos que, ao classificarem os seres humanos, contribuem para a exclusão daqueles que se afastam das médias populacionais. A diversidade humana pode, em contrapartida, abrir horizontes e desenvolver caminhos alternativos que não só compensam as ditas deficiências como também enriquecem o pensamento.

Para Reuven Feuerstein, seguidor das ideias de Vygotsky, “a inteligência é plástica e modificável” (Tangarife, 2012, p.1), e o ser humano é um organismo aberto, disponível e flexível à modificação desta durante toda a sua vida (Tangarife, 2012). Este autor defende que não só o ser humano é modificável, como também a sociedade e opinião pública o são e devem ser (Turra, 2007). Com esta premissa, ergue-se uma nova forma de pensar e ver o mundo e o Homem, consolidando uma proposta positiva, exequível e crente no potencial de todo e qualquer ser humano. A sua crença na teoria da modificabilidade humana¹ leva à alteração do prognóstico de milhares de pessoas, rumo ao otimismo e à condição de cidadania (Negri, 2004, citado por Tangarife, 2012). Vygotsky trata o conceito de ‘deficiência’ de forma a excluir radicalmente critérios de definição comparativa ou normativa entre indivíduos e a sua proposta engloba mais do que a definição estritamente orgânica ou psíquica da deficiência (Beyer, 2005)². Paralelamente, Feuerstein procura parar com todo um processo de catalogação e estigmatização vindo de uma sociedade inibidora. No caso particular das pessoas com deficiência mental, este educador defende que aquele com este tipo de incapacidade “é uma pessoa com direitos, que existe, pensa e cria” (Tangarife, 2012, p.3).

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), não há uma definição única de deficiência ou de determinado tipo de deficiência, existem sim variadíssimos conceitos, uns mais divergentes que outros (Paulos, 2011). Indo ao encontro da realidade evidenciada na comunidade que foi estudada no âmbito da investigação aqui apresentada, revela-se pertinente definir multideficiência. De acordo com Orelove, Sobsey

¹ *A teoria da modificabilidade cognitiva estrutural é uma proposta teórica elaborada por Reuven Feuerstein e “apresenta como premissa básica a crença na modificação do ser humano para o que é positivo e não negativo” (Costa & Pimenta, 2010, p. 1). Ao longo da vida, o homem mantém a sua capacidade própria de produzir e modificar conhecimentos num processo contínuo e dinâmico de mudança e o conceito de modificabilidade representa a capacidade deste “reagir ativamente aos estímulos, elaborando ações conscientes e com significado” (Costa & Pimenta, 2010, p. 1).*

² *Os estudos e trabalhos sobre ‘Defectologia’ (terminologia utilizada no início do séc. XX, atualmente equivalente à expressão ‘deficiência e educação especial’) de Lev Vygostky abordam o desenvolvimento das crianças com deficiência partindo do pressuposto de que o ‘defeito’ exerce uma dupla influência no desenvolvimento das mesmas. Se, por um lado, “ele é uma deficiência e atua diretamente como tal, (...), por outro lado, (...) ele serve de estímulo ao desenvolvimento de caminhos alternativos de adaptação (...). Desta forma, o novo ponto de vista prescreve que se considere não apenas as características negativas da criança, (...), mas também um retrato positivo da sua personalidade, o qual apresenta (...) um quadro dos complexos caminhos indiretos de desenvolvimento” (Vigostki, 2011, p.869). Vygostky defendia que “a pessoa teria condições de superação das limitações decorrentes da deficiência não por meio da compensação orgânica, porém através da inclusão social” (Beyer, 2005, s.p).*

e Silberman (2004, citado por Meireles & Santos, 2008, p.15), consideram-se multideficientes aqueles que “(...) apresentam limitações acentuadas no domínio cognitivo associadas a limitações no domínio motor e/ou no domínio sensorial (visão ou audição) e que podem ainda necessitar de cuidados específicos.” Pessoas com multideficiência apresentam dificuldades que resultam das limitações de funções motoras, cognitivas, linguísticas e sensoriais, que comprometem o desenvolvimento e identificam necessidades às quais a educação tem frequentemente dificuldade em responder (Nunes & Amaral, 2008). A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência das Nações Unidas (2006), assinada em 2007 e ratificada dois anos mais tarde por Portugal, é um “marco histórico na garantia e promoção dos direitos humanos de todos os cidadãos e em particular das pessoas com deficiência” (INR, 2011, s.p.) e, juntamente com a Declaração de Salamanca de 1994, determina não poder haver exclusão entre indivíduos, independentemente das suas deficiências ou incapacidades. Mais especificamente, o 24º artigo desta Convenção determina que os Estados Partes devem assegurar “um sistema de educação inclusiva a todos os níveis e uma aprendizagem ao longo da vida” (Miranda, 2011, p.24).

Partindo desta premissa, pretendeu-se, no projeto apresentado neste artigo, utilizar a música como fonte de comunicação e relacionamento entre indivíduos, tendo em conta as suas características e realidades intrapessoais. Ir ao encontro dos cidadãos pertencentes a uma comunidade específica, descobrindo as suas necessidades e potencialidades, respeitando-os, aceitando-os e enaltecendo as diferenças, é uma forma de ultrapassar as dificuldades e o medo do desconhecido, aproximando comunidades e promovendo uma harmonia coletiva.

3. Música: bases teóricas

Segundo Bang (1991), citado por Kairalla e Smith (2013), o ser humano toma conhecimento dos sons que o cercam, de forma mais ou menos consciente, desde o seu nascimento. A criança é inclusivamente sensível a movimentos, ruídos, sons e ritmos desde a sua gestação no útero da mãe (Spitz, 2004; Ilari, 2006; citados por Kairalla & Smith, 2013). Também Sacks (2008) relata o aparecimento da propensão para a música logo na infância, podendo esta ser desenvolvida ou moldada atentando aos dons ou fraquezas de cada indivíduo. A música assume, portanto, um papel fundamental e central, estando presente em todas as culturas (Sacks, 2008).

Benezon (1985), citado por Paulos (2011), afirma que a música “(...) é uma forma de expressão universal que marca gerações e acontecimentos, origina emoções, de tal forma que se pode tornar até numa boa terapia e, além disso, facilita o desenvolvimento cognitivo” (p.22). Uma abordagem atenta, individualizada, personalizada, que aceita, conhece e tira partido das características de cada indivíduo, possibilita oportunidades de partilha e realização pessoais entre estes e os respetivos interlocutores. Através de uma prática especializada e qualificada, a música pode permitir aos cidadãos com deficiência atingir um rendimento superior em vários domínios como, por exemplo, áreas socio-comunicativas, de interação social e comportamentais. Sobol (2011) afirma que, ao educar utilizando estímulos auditivos, visuais, táteis e cinestésicos, de forma coerente e continuada, ao focar-se no processo e não no produto, mesmo o indivíduo com mais limitações poderá participar plenamente na aprendizagem. Uricoechea (1993), citado por Sousa (2007), acrescenta que, através de estímulos sonoros, a música tem o poder de

penetrar a mente e o corpo diretamente, seja qual for o nível de inteligência da pessoa, abrindo canais de comunicação. Tendo em conta que um grau de deficiência mais grave implica um prejuízo maior na comunicação, a abertura dos canais de comunicação dos indivíduos através da música ampliará as suas possibilidades de expressão num contexto verbal e não-verbal (Sousa, 2007). Também Von Baranow (1999), citado por Sousa (2007), reforça a ideia de que a estimulação dos canais de comunicação usando o som, a música e o movimento, facilita o desenvolvimento psicomotor e as relações interpessoais. Os resultados dos estudos de Montello e Coons (1998) evidenciaram nos sujeitos retratados melhorias significativas com as intervenções através da música, ao nível da atenção e da diminuição da ansiedade, sendo que a mudança mais significativa foi ao nível comportamental, na escala de agressividade/hostilidade (Sobol, 2011). Com base nas conclusões descritas pelos estudos referidos, partiu-se para a conceção de um projeto que permitisse lutar contra a exclusão de cidadãos portadores de deficiência através da música.

4. Implementação do Projeto

Um projeto musical, enquanto agente educativo e consciencializador de princípios éticos de uma cidadania mais participativa e não exclusiva, pode contribuir para o desenvolvimento da consciência da participação cívica e oferecer oportunidades de desenvolvimento de comportamentos e atitudes baseados na diversidade, onde experiências com pessoas cujas necessidades, potencialidades, capacidades ou atributos diferem uns dos outros, se tornam enriquecedoras e promovem um desenvolvimento integral e salutar. O enfoque de um projeto desta natureza, num contexto de intervenção social, é o potencial de cada ser humano em detrimento das características incapacitantes que inferiorizam as pessoas e prejudicam a sua inclusão na sociedade. A música pode oferecer quadros interpretativos únicos, diferentes e encorajantes, não só promovendo mas também premiando a singularidade.

4.1. Qualidade de vida

Neste projeto é fundamental avaliar a contribuição da música na melhoria da qualidade de vida dos intervenientes. Assim, revela-se pertinente abordar o conceito de qualidade de vida, à luz, essencialmente, de autores como Robert Schalock. Apesar do conceito 'qualidade de vida' ser de natureza evolutiva e estar ainda em fase de construção, é usado no mundo enquanto noção sensibilizante, construto social e tema unificador (Schalock et al., 2002). Na base deste conceito estão três fatores: independência, participação social e bem-estar (Schalock, Bonham & Verdugo, 2008). O foco central deste trabalho reside essencialmente nos dois últimos fatores, sendo que estes englobam domínios como relações interpessoais, inclusão social e direitos, relativos à participação social, e bem-estar emocional, físico e material. Os cidadãos pertencentes à comunidade onde foi realizado este projeto apresentam um grau de incapacidade física e mental extremamente alto o que, aliado a questões logísticas, lhes limita fortemente a participação na sociedade. Estão, portanto, em perigo de serem, ou já terão sido, excluídos de muitas situações e oportunidades que estão geralmente disponíveis para outros cidadãos. O conceito de qualidade de vida tem o potencial para permitir uma nova

perspetiva da deficiência mental, sendo um paradigma útil que pode contribuir para identificar, desenvolver e avaliar apoios, serviços e políticas para pessoas com deficiência mental (Schalock et al., 2002). Neste sentido, através da prática musical, pretende-se aferir a qualidade de vida dentro da comunidade estudada, ao nível da criação de oportunidades de bem-estar, relacionamento e envolvimento social, de forma a ser possível alcançar o potencial único de cada indivíduo.

O interesse pelas questões de inclusão social junto de pessoas com deficiência levou então à implementação do projeto aqui apresentado. Num contexto de voluntariado, a experiência teve como objetivo paralelo sensibilizar para novas posturas e abordagens sociais, apoiando, facilitando e enaltecendo a diferença, num combate à exclusão de pessoas que se afastam dos padrões que a sociedade instituiu como sendo normais.

4.2. Caracterização da amostra

O *Centro de Acção Social do Concelho de Ílhavo* (CASCI) é uma instituição particular de solidariedade social sediada em Ílhavo, no distrito de Aveiro. Foi fundada em 1980 por um grupo de cidadãos e, ao longo dos anos, tem visto crescer a sua estrutura e raio de intervenção na comunidade. No que diz respeito à população com deficiência e incapacidade, existem nesta instituição três Centros de Atividades Ocupacionais (CAO I, II e III)³, um Lar Residencial e um Centro de Reabilitação Profissional (Bacelar, 2013). No CAO I as atividades praticadas são estritamente ocupacionais, dado que os seus utentes com multideficiência apresentam um quadro de deficiência mais grave. De acordo com o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 18/89 de 11 de Janeiro, estas atividades visam manter a pessoa ativa e ocupada, favorecendo o seu equilíbrio físico, emocional e social. Relativamente às atividades musicais da sala Amizade (CAO I) do CASCI, estas são praticamente inexistentes, essencialmente pelo facto de este ser um grupo muito complexo nomeadamente ao nível das patologias que cada sujeito apresenta. Uma vez que as condições são mais severas, as deficiências profundas a vários níveis e o nível aparente de sucesso baixo, são-lhes facultadas pouquíssimas alternativas e opções na sua vida diária. Nesta conformidade, decidimos, sem hesitações, implementar um projeto musical com esta comunidade específica e por tantos ignorada. O Sistema 2002 da Associação Americana de Deficiência Mental, em conjunto com a Organização Mundial de Saúde, sugere quatro níveis para classificar o grau de deficiência dos indivíduos: leve, moderado, grave e profundo (Carvalho & Maciel, 2003). Segundo esta classificação e de acordo com profissionais da instituição, os utentes do CAO I apresentam grau profundo de deficiência, dada a gravidade dos seus défices motores, problemas neurológicos, orgânicos ou de dupla deficiência.

³ Os Centros de Atividades Ocupacionais são estruturas onde são desenvolvidas atividades ocupacionais com o propósito de apoiar adultos com deficiência mental moderada, severa ou profunda, cuja forte dependência os impede de estarem integrados socio-profissionalmente de acordo com os parâmetros que a nossa sociedade considera normais. De acordo com o Decreto-Lei n.º 18/89 de 11 de Janeiro, “as atividades ocupacionais têm, assim, como finalidade proporcionar às pessoas com deficiência atividades socialmente úteis, de forma a permitir-lhes uma valorização pessoal e o aproveitamento das suas capacidades remanescentes, quer na perspetiva de uma eventual integração, se possível, no regime do emprego protegido, quer na perspetiva de manter os deficientes simplesmente ativos e interessados” (Decreto-Lei n.º 18/89 de 11 de Janeiro do Ministério do Emprego e da Segurança Social, 1989).

A comunidade do CAO I compreende uma população de 10 adultos com multideficiência, que apresentam diferentes características e têm idades compreendidas entre os 23 e os 37 anos. O projeto foi implementado numa amostra de 8 dos membros desta comunidade e, tendo em conta o quadro clínico e as características comuns de cada um dos elementos, dividiu-se a amostra em dois grupos. A decisão da divisão deveu-se a um conjunto de fatores onde prevaleceu o interesse em fazer uma abordagem musical atenta, cuidada, pensada e planeada, tendo em conta as necessidades e potencialidades de cada indivíduo. Na tabela abaixo, estão descritas algumas características dos participantes deste estudo⁴, nomeadamente o quadro clínico e a idade, bem como os grupos em que foram inseridos:

Tabela 1 – Caracterização da amostra

Grupo 1	Idade	Quadro clínico	Grupo 2	Idade	Quadro clínico
AL	27	Síndrome de Rett, défice cognitivo associado	G	39	Hipertonia e espasticidade generalizada, tetraparesia espástica
F	25	Autismo profundo, défice cognitivo associado	JP	22	Hipertonia e espasticidade generalizada, tetraparesia
M	28	Deficiência mental profunda, deficiência hormonal	N	26	Hipertonia e espasticidade generalizada grave, tetraparesia espástica
P	39	Deficiência mental profunda, doença mental, quadro de autismo, deficiência visual	V	36	Doença do foro reumatológico com componente degenerativa, défice cognitivo

O grupo 1 compreende, portanto, quatro adultos com deficiência mental. Todos têm linguagem recetiva, embora esta seja muito comprometida, e nenhum tem competências verbais orais em termos expressivos. À exceção de F, todos têm, à sua medida, intencionalidade na comunicação. Em termos de doenças relevantes associadas ao quadro clínico e que podem afetar a dinâmica das sessões de música, é de referir que todos têm epilepsia, com exceção de M.

No grupo 2 estão inseridos quatro jovens adultos, três dos quais com paralisia cerebral, com afetação dos 4 membros, e um com uma doença do foro reumatológico com componente degenerativa. Este último elemento tem, muito provavelmente, Síndrome de Angelman, ainda que o diagnóstico não tenha sido dado formalmente. Todos os elementos deste grupo apresentam um défice cognitivo associado ao quadro clínico, nenhum tem linguagem verbal oral ou competências de marcha. Todos têm epilepsia e permanecem em cadeiras de rodas.

4.3. Metodologia

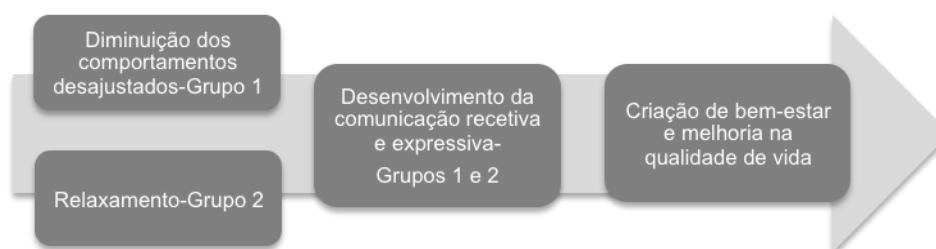
O projeto ora apresentado permitiu implementar um estudo que, pelas suas características, é ecológico quanto à sua unidade, longitudinal quanto à duração, prospetivo quanto à localização da recolha de dados, quasi-experimental quanto à manipulação da intervenção, analítico quanto ao objetivo de estudo e qualitativo quanto ao tipo de recolha e análise de dados. Relativamente ao tipo de modelo metodológico,

⁴ Não são revelados nomes por uma questão de proteção de identidade.

houve uma complementaridade de métodos sendo que, na fase inicial, foi feita pesquisa documental e observacional, e na fase consequente, pesquisa quasi-experimental.

O objetivo geral consistiu em averiguar o impacto da música na criação de bem-estar e na melhoria da qualidade de vida da amostra. Após coleta de dados junto dos profissionais da instituição, foram definidos os objetivos específicos. De acordo com as características da amostra, foram então definidos três objetivos específicos, sendo que apenas um era comum aos dois grupos (Desenvolvimento da comunicação recetiva e expressiva). O esquema abaixo evidencia os objetivos específicos e o objetivo geral desta investigação:

Figura 1 – Objetivos específicos e objetivo geral do projeto de investigação



Foram idealizadas e adaptadas ferramentas de trabalho (educativas e outras), tendo em conta as características específicas de cada participante do estudo. As ditas ferramentas envolvem a idealização da escala de avaliação e do questionário, a planificação de atividades musicais, e a construção e adaptação de instrumentos de percussão.

4.4. Avaliação

“A avaliação em multideficiência é compreendida como um processo de recolha de informação que possibilita aferir a qualidade de funcionamento da criança ou jovem nas atividades e ambientes onde participa” (Rocha, Coelho & Andrade, 2009). Adaptando estes pressupostos à realidade evidenciada na comunidade estudada, o modelo de avaliação utilizado é holístico e tem por base modelos ecológicos, garantindo assim os diferentes padrões de desenvolvimento que distinguem cada indivíduo. A construção da escala de avaliação usada neste estudo foi feita a partir da análise de escalas utilizadas por profissionais de saúde em patologias diversas, nomeadamente Escalas de Comportamento Adaptativo, e da adaptação da *Individualized Music Therapy Assessment Profile* (IMTAP), uma escala usada num contexto musicoterapêutico que parece significativa para medir e avaliar comportamentos distintos na área da música (Silva, 2012). A escala de avaliação finalizada contém dez domínios a saber: Motricidade global, Motricidade fina, Sensorial, Comunicação recetiva, Comunicação expressiva, Cognição, Emocional, Social, Musicalidade e Comportamento desajustado. Cada um destes domínios contém um número variável de itens que correspondem a habilidades ou tarefas avaliáveis durante as sessões de música. A cotação destes itens é feita de forma qualitativa, no entanto, para proceder a uma avaliação estatística dos resultados, foi atribuído um número a cada classificação. Para os primeiros nove domínios da escala, quanto maior a cotação do item, melhor o resultado e para o último domínio,

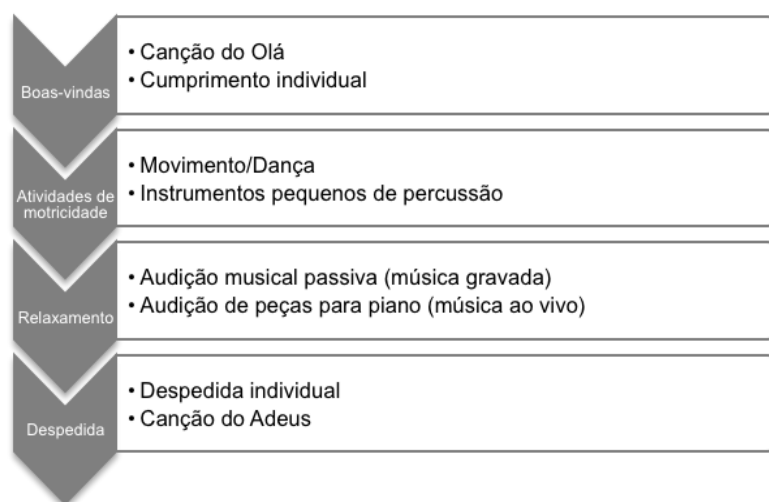
comportamento desajustado, quanto menor a cotação, melhor o resultado. O preenchimento da escala foi feito com recurso à análise atenta e pormenorizada das gravações das sessões feitas em formato de vídeo digital no início, meio e final do projeto (sessões 1, 4 e 7, respetivamente), de modo a haver uma perspetiva evolutiva das respostas dos jovens adultos. Assim, o tratamento de dados descreve essencialmente os progressos observados na amostra e a comparação entre os três momentos de avaliação. Foi também, previamente, selecionada uma combinação de itens em função dos objetivos a avaliar e, na base desta, estão as características de cada indivíduo.

O questionário construído compreende 22 itens comuns à escala, distribuídos pelos vários domínios da mesma. Foi preenchido pela colaboradora do CAO I que assistiu às sessões de música. Os resultados, preenchidos para cada elemento da amostra no final do projeto, foram comparados com os da escala de avaliação e serão discutidos mais à frente.

4.5. Planificação das Atividades Musicais

Na fase de pesquisa quasi-experimental deste estudo, que decorreu de outubro de 2014 a janeiro de 2015, foram realizadas oito sessões de música semanais junto da amostra dos frequentadores do CAO I, com a duração média de 38 minutos cada. As sessões tiveram lugar sempre no mesmo local, uma sala da instituição ampla usada apenas esporadicamente e geralmente ao fim-de-semana, e obedeceram a uma estrutura flexível, onde a observação de comportamentos e atitudes de interação entre a investigadora e os jovens adultos era essencial para delinear estratégias dinâmicas na intervenção, de forma contínua. Como Ford (1984, citado por Krout, 1987) defende, é importante que haja criatividade na conceção de um programa que atenda às necessidades de cada indivíduo dentro do grupo em que se insere. Apesar de a sessão ter sido em conjunto, a abordagem era individual e conduzida em função das reações de cada indivíduo no momento, podendo, naturalmente e de forma espontânea, haver alterações ao guião previsto para cada sessão. O esquema abaixo representa a estrutura base que foi seguida ao longo de todas as sessões deste projeto.

Figura 2 – Estrutura base das sessões



O formato base foi mantido a fim de trabalhar os objetivos propostos de forma consistente. Cada sessão começava com duas canções de boas-vindas, sendo que a primeira era tocada e cantada pela investigadora com o auxílio do piano, e tinha como função principal determinar o começo da sessão e dar as boas vindas a todos os participantes de forma geral, e na segunda, cada jovem adulto era identificado pelo nome e havia um cumprimento individual, distinto, já com um objetivo comunicacional inerente, previamente definido e de acordo com as necessidades e potencialidades de cada um. Através de melodias curtas e simples, com indicações verbais ou não, criando ritmos no momento e de acordo com as reações dos indivíduos, eram feitos jogos com sons vocais improvisados, buscando alcançar o outro e respeitando a sua essência. Na fase seguinte, eram geralmente feitas atividades de motricidade fina, com recurso a instrumentos de percussão, e global, através do treino de marcha ao som de canções populares familiares, onde era primordial haver movimento corporal, apelando à curiosidade e interesse exploratório. O relaxamento compreendeu momentos de audição musical de música gravada e/ou tocada ao piano, ao vivo, com obras do período barroco, clássico e contemporâneo (música para filmes, minimalista), de compositores como Bach, Vivaldi, Mozart e Yann Tiersen. A sessão terminava geralmente com duas canções de despedida, uma das quais com uma instrução diferente, direcionada a cada participante, e a outra dirigida ao conjunto de participantes, indicando o final da sessão. Houve uma preocupação consciente em criar uma rotina e um ambiente tranquilo e seguro, onde o material sonoro-musical se tornava facilmente reconhecido pelos participantes.

Em todas as sessões houve um cuidado por parte da investigadora em respeitar e aceitar o tempo de cada indivíduo, ir ao encontro dos gostos pessoais e das preferências musicais com vista a abrir os canais de comunicação, e repetir várias vezes a tarefa de forma a haver condicionamento. Houve, claramente, uma predominância de linguagem não-verbal na interação direta com os participantes, onde a linguagem musical era o meio para alcançar o outro, permitindo desta forma uma atitude mais criativa e sem os limites da linguagem verbal.

4.6. Construção e Adaptação de Instrumentos

A utilização de instrumentos é uma forma de trabalhar ao nível da motricidade fina, melhorando a coordenação de processos visuais, auditivos e motores (Moreno, 1999). Explorar o instrumento de percussão com as mãos, mantendo contacto, é uma forma de captar e manter a atenção dos indivíduos, ajudando a organizar movimentos com braços, mãos e dedos, e a ter uma melhor perceção do espaço. Foram construídos instrumentos de percussão semelhantes a guizeiras, clavas e tambores, sendo estes adaptados a cada jovem adulto de acordo com as suas capacidades motoras. O uso de instrumentos deste tipo não só promove a atividade motora, como conquista o interesse dos indivíduos (Wan, Demaine, Zipse, Norton & Schlaug, 2010). Na primeira linha da figura seguinte estão imagens dos instrumentos originais referidos anteriormente e, na linha de baixo, estão as fotografias dos instrumentos construídos e adaptados.

Figura 3 – Instrumentos originais e instrumentos construídos adaptados



É ainda importante referir que as sessões musicais deste projeto de investigação permitiram desenvolver outras competências, diferentes para cada indivíduo, para além dos objetivos específicos e gerais delineados aquando da pesquisa inicial e da primeira fase de observação. Contudo, neste artigo serão somente descritos os resultados relativos aos objetivos específicos apontados no resumo, discutidos individualmente para cada sujeito da amostra.

5. Discussão dos resultados

Relativamente à comparação dos resultados da cotação dos itens comuns entre o questionário e a escala de avaliação, verifica-se que, regra geral, a cotação dada pela colaboradora foi igual ou superior à da investigadora, o que sugere, provavelmente, um rigor superior na avaliação desta última. O facto da aferição dos dados, por parte da investigadora, ter sido feita com o auxílio dos vídeos, também facultou a esta a possibilidade de avaliar cada item da escala com maior rigor. Em metade ou mais de metade da amostra, dependendo do elemento avaliado, os resultados do questionário foram iguais aos da escala de avaliação. Comparando o total de itens comuns avaliados, verifica-se ainda que mais de metade dos mesmos tiveram cotações iguais, sendo que estes se relacionam com o toque, a mobilização do corpo, a reação positiva aos reforços, o comportamento adequado e os sorrisos dos jovens adultos. Todos estes itens sugerem bem-estar durante a sessão e na relação com a investigadora.

5.1. Objetivo específico comum: Desenvolvimento da Comunicação recetiva e expressiva

Relativamente ao *Desenvolvimento da Comunicação recetiva e expressiva*, objetivo específico comum aos dois grupos, obtiveram-se os resultados evidenciados nos gráficos seguintes, sendo que na coluna da esquerda estão os gráficos correspondentes aos elementos do grupo 1, e na coluna da direita os referentes ao grupo 2.

Gráfico 1 – Desenvolvimento da comunicação para AL

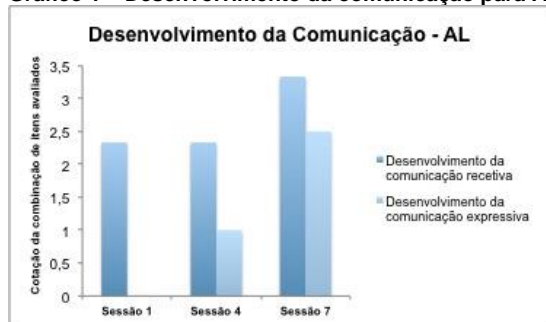


Gráfico 5 – Desenvolvimento da comunicação para G

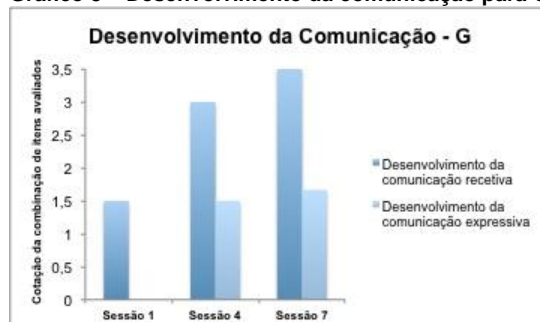


Gráfico 2 – Desenvolvimento da comunicação para F



Gráfico 6 – Desenvolvimento da comunicação para JP

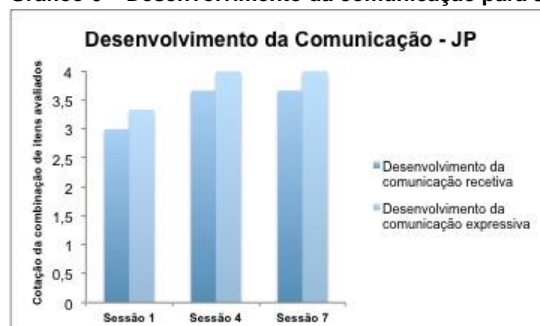


Gráfico 3 – Desenvolvimento da comunicação para M



Gráfico 7 – Desenvolvimento da comunicação para N



Gráfico 4 – Desenvolvimento da comunicação para P



Gráfico 8 – Desenvolvimento da comunicação para V



Música e mobilização social contra a exclusão de cidadãos portadores de deficiência

Nestes gráficos é visível uma evolução positiva ao longo das sessões de música e para toda a amostra estudada, tanto ao nível da comunicação receptiva como ao nível da comunicação expressiva. Para além disso, e ainda que haja valores diferentes para cada sujeito, é comum o facto de todos terem obtido o seu resultado máximo na sessão 7. Estes resultados corroboram as conclusões de vários investigadores ao demonstrar que: “fazer música de forma interativa e com o auxílio de instrumentos, é útil para facilitar a comunicação e as competências sociais” (Wan et al., 2010, p.8). No caso particular de indivíduos com autismo (gráfico 2), segundo Smith e Rossi (2009, citado por Abadia,

Medeiros, Abadia & Alcântara-Silva, 2009), “a música pode auxiliar o autista a comunicar com o mundo.” (p. 6). Num contexto não verbal, como é o caso na comunidade estudada, a comunicação adota vários outros meios que não os ditos normais, nomeadamente as expressões faciais e vocais, as mudanças de postura e os gestos (Uricoechea, 1993, citado por Sousa, 2007), de modo que fornece uma forma alternativa de comunicação (Shore, 2003). Um défice cognitivo não impede que haja uma reação positiva relativamente à música. Segundo um estudo de Wesecky (1986), citado por Hadsell e Coleman (1988), numa população com deficiência mental, há respostas positivas ao ritmo e às melodias, sendo que estas são frequentemente o único caminho para a comunicação. Num estudo com indivíduos não-verbais autistas, descrito por Wan, Demaine, Zipse, Norton e Schlaug (2010), conclui-se que a música pode ser uma abordagem viável para ajudar e facilitar competências sociais, interações com outros, e comunicação.

5.2. Objetivo específico para o grupo 1: Diminuição dos comportamentos desajustados

O objetivo específico *Diminuição dos comportamentos desajustados*, exclusivo para o grupo 1, teve igualmente resultados positivos, na medida em que os mesmos demonstraram a eficácia da música na redução de movimentos estereotipados (AL), aumento do contacto visual (F e M), e diminuição da agressividade (P). Podemos observá-lo pelos gráficos abaixo:

Gráfico 9 – Objetivo específico de AL



Gráfico 11 – Objetivo específico de M

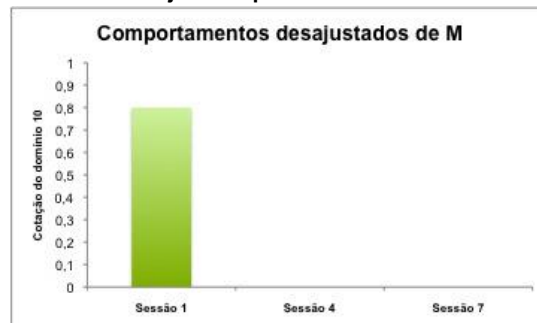


Gráfico 10 – Objetivo específico de F

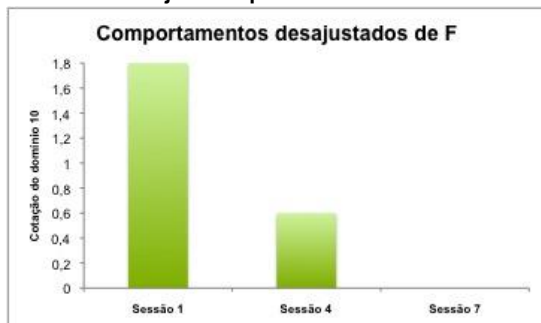
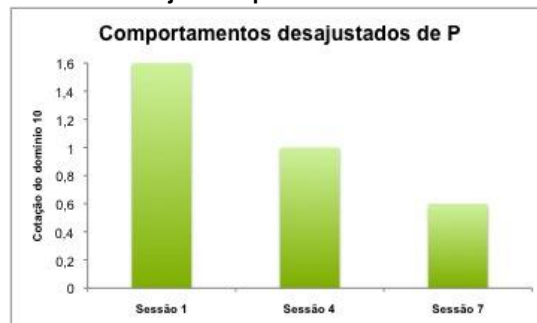


Gráfico 12 – Objetivo específico de P



Os resultados obtidos para o caso específico de AL, elemento da amostra com Síndrome de Rett (Gráfico 9), vão ao encontro de conclusões retiradas em algumas investigações internacionais. De acordo com Wesecky (1986), citado por Yasuhara e Sugiyama (2001), vários estudos com indivíduos com Síndrome de Rett relataram que a

música, enquanto terapia e com o auxílio de vários instrumentos, pode levar a uma cessação dos movimentos estereotipados.

5.3. Objetivo específico para o grupo 2: Relaxamento físico

Os gráficos abaixo demonstram o resultado da combinação de itens avaliados para aferir o *Relaxamento* dos elementos do grupo 2, aquando do momento de audição musical passiva da sessão.

Gráfico 13 – Objetivo específico de G



Gráfico 15 – Objetivo específico de N

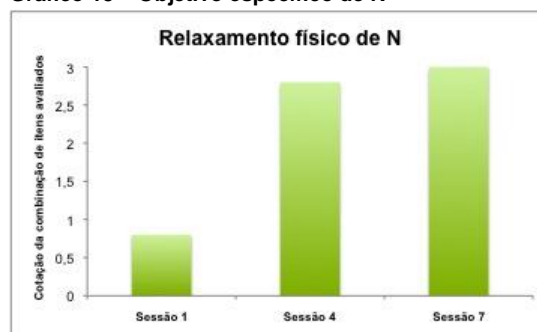


Gráfico 14 – Objetivo específico de JP



Gráfico 16 – Objetivo específico de V



No caso de V, e uma vez que não é um caso de paralisia cerebral (PC) com tetraparesia, o relaxamento físico nas sessões foi evidenciado de forma diferente. Como não havia tanta necessidade por parte do jovem adulto em relaxar os músculos, a avaliação foi feita tendo em conta a diminuição dos movimentos estereotipados. Nos três outros elementos do grupo, casos de PC, a avaliação foi feita tendo em conta a diminuição da espasticidade e o aumento dos movimentos voluntários. Paulos (2011) afirma numa investigação com indivíduos com PC que ao ouvir música “o corpo reage de forma mais coordenada, os mecanismos de ação da música melhoram o desempenho no controlo muscular, e a reação aos sons e à harmonia musical permitem uma melhoria no controlo respiratório e na fala” (p.49). Em todos os casos de PC confirmou-se que a música potencia um aumento do relaxamento físico.

5.4. Objetivo geral: criação de bem-estar e melhoria na qualidade de vida

A combinação de itens avaliados para aferir a qualidade de vida compreende vários domínios da escala, definidos para cada indivíduo, seguindo as ideias centrais expostas

por Schalock, Bonham e Verdugo (2008). Analisando os resultados, como pode ser observado nos gráficos que se seguem, foi evidente um aumento de bem-estar nos indivíduos ao longo das sessões de música, bem como uma melhoria na sua qualidade de vida. Novamente, os quatro gráficos da coluna da esquerda referem-se aos elementos do grupo 1, e os da direita aos do grupo 2.

Gráfico 17 – Objetivo geral de AL

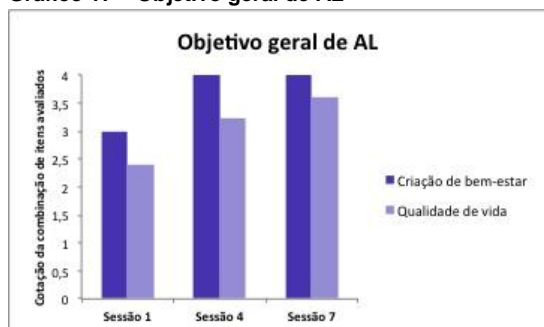


Gráfico 21 – Objetivo geral de G

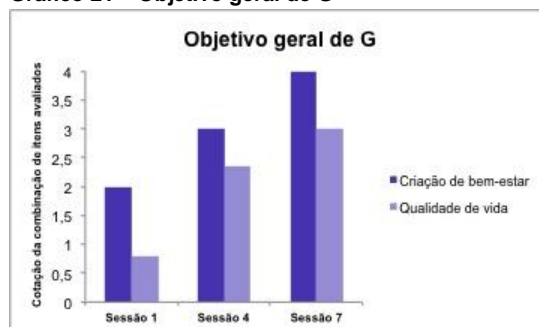


Gráfico 18 – Objetivo geral de F



Gráfico 22 – Objetivo geral de JP

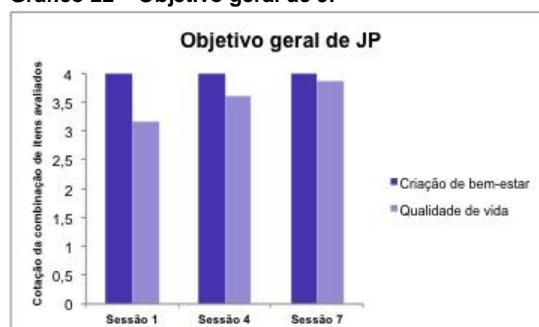


Gráfico 19 – Objetivo geral de M

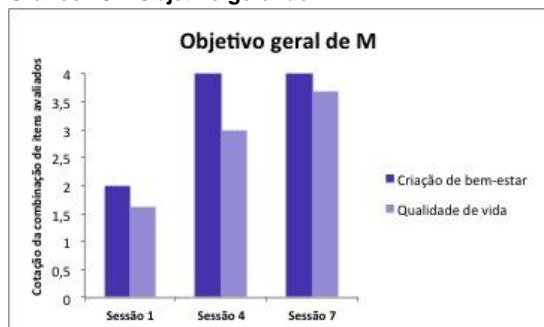


Gráfico 23 – Objetivo geral de N

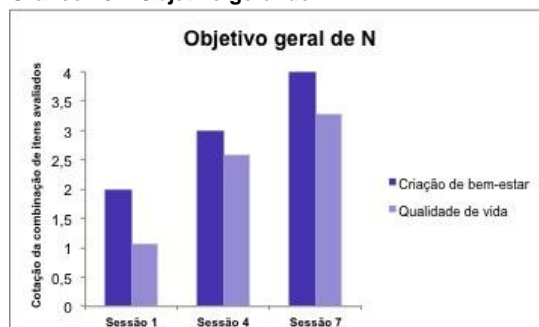
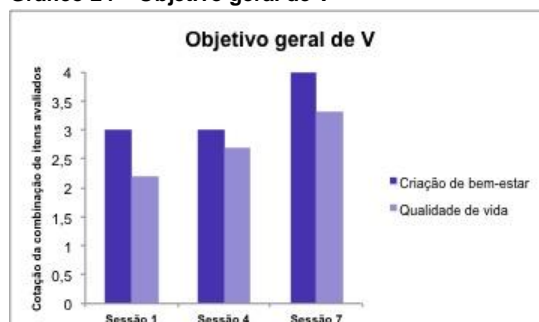


Gráfico 20 – Objetivo geral de P



Gráfico 24 – Objetivo geral de V



Música e mobilização social contra a exclusão de cidadãos portadores de deficiência

São notáveis as alterações físicas nos elementos da amostra estudada que evidenciam um maior relaxamento muscular. Aparentemente, ao permitir esse relaxamento muscular, a música estará, provavelmente, a beneficiar os jovens adultos e a criar bem-estar. Como Gil (1998), citado por Paulos (2011), afirma: “é possível melhorar a qualidade de vida das crianças e jovens com paralisia cerebral através da música” (p. 52). Há igualmente uma variabilidade emocional positiva quando é exercida ou praticada música, havendo reações físicas que o demonstram, nomeadamente sorrisos, sons vocais, maior atenção evidenciada pela cessação de movimentos estereotipados, entre outros. Conclui-se que, ao provocar relaxamento, diminuir comportamentos desajustados e ao criar bem-estar, a música pode ser uma forma de libertação de alguém que permanece preso no seu corpo físico, favorecendo assim uma melhoria na qualidade de vida.

6. Conclusão

De acordo com o artigo 1º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), o objeto da mesma é “promover, proteger e garantir o pleno e igual gozo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente.” Sob o ponto de vista ético, este compromisso cabe a cada um de nós e eleger a heterogeneidade como forma de cidadania. É neste sentido que este projeto existe e pretende promover mudanças nas atitudes, práticas, normas e relações educacionais e sociais, por vezes castradoras de essências belas e únicas. Com o enfoque no potencial humano de cada um, e não nas características incapacitantes que dificultam a sua inserção na sociedade, a música torna-se um canal humanizador, enriquecedor, transformador e libertador.

“A espécie humana tem tanto de musical como de verbal” (Sacks, 2008, p.13). Este facto é fulcral para entender e tentar estabelecer uma comunicação com o auxílio de formas alternativas, como a linguagem não-verbal, gestual ou sonoro-musical. O mundo da música tem apenas o limite da imaginação de cada um, e pode criar pontes entre comunidades distanciadas por medos ou incompreensões. Fazer música tem o potencial de nivelar as pessoas, seja quais forem as suas possibilidades (Uricoechea, 1995, citado por Tangarife, 2012), aproximando mundos desconhecidos do que é verdadeiramente essencial. Seguindo a perspectiva de Feuerstein, o potencial de aprendizagem de qualquer ser humano diz respeito à capacidade que este possui em ampliar as suas possibilidades de aprendizagem e adaptação ao meio, independentemente de esta capacidade se manifestar ou não cognitivamente (Salami & Sarmiento, 2011). Este facto, aplicado à comunidade do CASCI aqui estudada e aliado à “sensibilidade esmagadora dos nossos cérebros à música” (Sacks, 2008, p.59), demonstra a relevância desta investigação.

Os resultados obtidos e apresentados neste artigo permitem concluir que a música foi um meio facilitador da comunicação e da expressão interpessoal de adultos com multideficiência, tendo ficado patente uma transformação comportamental, ao nível pessoal e social. Para além disso, ficou evidente ter havido um aumento de bem-estar, verificando-se uma melhoria da qualidade de vida em cada elemento da amostra. Com uma ação inclusiva, valorizando as particularidades de cada ser humano, não excluindo atitudes ou formas de ver e sentir o mundo, este projeto pretendeu também contribuir para uma mudança de visão da sociedade local, revelando como a música, e mais

especificamente a prática musical regular, se reflete na vida social da comunidade estudada.

Não é suficiente acolher os cidadãos em instituições, ainda que estas promovam as condições de vida com qualidade ao nível das necessidades básicas do ser humano. É igualmente necessário e essencial, acarinhar, cuidar, dar atenção, criar e nutrir oportunidade e atividades que possam proporcionar prazer e bem-estar. Nas sessões de música somos todos iguais e as nossas diferenças, em vez de nos excluírem, enriquecem a prática musical, e por conseguinte, as interações sociais e a qualidade de vida dos cidadãos. A música, enquanto experiência sociocultural, é importante na formação da cidadania, onde a partilha comum coloca os indivíduos em pé de igualdade, abraçando a diferença, contribuindo para o bem-estar do outro e de nós próprios.

7. Referências bibliográficas

- Abadia, R. G., Medeiros, I. F., Abadia, F. G. & Alcântara-Silva, T. R. M. (2009). Musicoterapia e Síndrome de Asperger: relato de experiência. *Revista Brasileira de Musicoterapia*, 11(9), 1–9.
- Bacelar, S. (2013). Manual de Acolhimento do Colaborador. Ílhavo.
- Beyer, H. O. (2005). Por que Lev Vygotski quando se propõe uma educação inclusiva. *Revista Educação Especial*, 79-89. Disponível em <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/educacaoespecial/article/view/4400>.
- Carvalho, E. N. S. de & Maciel, D. M. M. de A. (2003). Nova concepção de deficiência mental segundo a American Association on Mental Retardation - AAMR: sistema 2002. *Temas em Psicologia da Sociedade Brasileira de Psicologia*, 11(2), 147–156.
- Costa, I. M. da & Pimenta, S. de A. (2010). Teoria da Modificabilidade Estrutural: uma nova proposta teórica para uma articulação de ensino e aprendizagem virtual. *Cadernos de Pedagogia*, 4 (8) 36–43.
- Decreto-Lei no 18/89, de 11 de Janeiro. Diário da República no 9 - I Série. Ministério do Emprego e da Segurança Social.
- Fontes, F. (2009). Pessoas com deficiência e políticas sociais em Portugal: Da caridade à cidadania social. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 86, 73–93.
- Hadsell, N. A. & Coleman, K. A. (1988). Rett syndrome: A challenge for music therapists. *The National Association for Music Therapy*, 5, 52–56.
- INR (2011). Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Acedido Janeiro 9, 2015, em <http://www.inr.pt/content/1/1187/convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia>.
- Kairalla, I. C. J. & Smith, M. P. da C. (2013). A Musicoterapia na Medicina Quântica. *Revista InCantare*, 4, 1–21.
- Krout, R. (1987). Music therapy with multi-Handicapped students: Individualizing treatment within a group setting. *Journal of Music Therapy*, XXIV(1), 2–13.
- Meireles, J. & Santos, M. (2008). Unidades especializadas em multideficiência: A realidade da EB1/PE de Boaventura. *Revista Diversidades*, 20(6), 15–20.
- Miranda, M. (2011). ...Pela escola inclusiva. *Revista Diversidades*, 31, 24.
- Moreno, J. L. (1999). Fundamentos psicopedagógicos de la musicoterapia aplicada a niños y jóvenes con minusvalías físicas, spíquicas o con problemas de conducta. In M. J. C. Pascual, J. L. Moreno, P. L. Castro, F. M. Aguilera, T. O. Alonso, & P. Sabbatella, *Música y salud: Introducción a la musicoterapia II*. Universidad Nacional de Educación a Distancia, Espanha.
- Nunes, C. & Amaral, I. (2008). Educação, multideficiência e ensino regular: Um processo de mudança de atitude. *Revista Diversidades*, 20(6), 4–9.
- ONU (2006). Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Diário da A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Acedido Janeiro 9, 2015, em [http://portal.mj.gov.br/corde/arquivos/pdf/A Conven%C3%A7%C3%A3o sobre os Direitos das Pessoas com Defici%C3%Aancia Comentada.pdf#page=26](http://portal.mj.gov.br/corde/arquivos/pdf/A%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20os%20Direitos%20das%20Pessoas%20com%20Defici%C3%Aancia%20Comentada.pdf#page=26).

- Paulos, J. M. M. (2011). *Contributos da música na inclusão de alunos com paralisia cerebral*. Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Educação Almeida Garrett, Portugal. Disponível em [http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/1480/tese_jorge_paulos - Contributos da m%C3%BAsica na inclus%C3%A3o de alunos com Paralisia Cerebral.pdf?sequence=1](http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/1480/tese_jorge_paulos_-_Contributos_da_m%C3%BAsica_na_inclus%C3%A3o_de_alunos_com_Paralisia_Cerebral.pdf?sequence=1).
- Rocha, P., Coelho, R. & Andrade, S. (2009). Avaliação de alunos com multideficiência. Acedido Novembro 15, 2014, em <http://multideficiencia.wikispaces.com/Avalia%C3%A7%C3%A3o+de+alunos+com+multidefici%C3%Aancia>
- Sacks, O. (2008). *Musicofilia*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Salami, M. & Sarmento, D. F. (2011). Interfaces conceituais entre os pressupostos de L. S. Vygotsky e de R. Feuerstein e suas implicações para o fazer psicopedagógico no âmbito escolar. *Rev. Psicopedagogia*, 28(85), 76–84.
- Schalock, R. L., Bonham, G. S. & Verdugo, M. A. (2008). The conceptualization and measurement of quality of life: Implications for program planning and evaluation in the field of intellectual disabilities. *Evaluation and Program Planning*, 31(2), 181–190. doi:10.1016/j.evalprogplan.2008.02.001.
- Schalock, R. L., Brown, I., Brown, R., Cummins, R. A, Felce, D., Matikka, L., ... Parmenter, T. (2002). Conceptualization, measurement, and application of quality of life for persons with intellectual disabilities: Report of an international panel of experts. *Mental retardation*, 40(6), 457–470. doi:10.1352/0047-6765(2002)040<0457:CMAAOQ>2.0.CO;2.
- Shore, S. M. (2003). The Language of Music : Working with Children on the Autism Spectrum. *Journal of Education*, 183(2), 113–125.
- Silva, A. M. da. (2012). *Tradução para o português brasileiro e validação da escala Individualized Music Therapy Assessment Profile (IMTAP) para uso no Brasil*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.
- Sobol, E. (2011). Music learning in special education. In R. Colwell & P. R. Webster (Eds.), *MENC Handbook of research on music learning, volume 2: Aplicações* (233-255). Oxford University Press.
- Sousa, T. P. de (2007). *A musicoterapia como auxílio na comunicação de pessoas com deficiência mental*. Monografia, Universidade Federal de Goiás, Brasil.
- Tangarife, A. S. (2012). Apresentando Reuven Feuerstein: Relacionando sua teoria com o contexto da musicoterapia. Biblioteca da Musicoterapia Brasileira. Acedido Janeiro 16, 2015, em <http://biblioteca-da-musicoterapia.com/biblioteca/arquivos/artigo//Apresentando%20Feuerstein.pdf>.
- Turra, N. C. (2007). Reuven Feuerstein: “Experiência de aprendizagem mediada: um salto para a modificabilidade cognitiva estrutural.” *Revista de Educação Educere et Educare*, 2(4), 297–310.
- Unesco (1998). Declaração de Salamanca sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais - 1994. BR/1998/PI/H/7. Salamanca.
- Uricoechea, A. S. (n.d.). Diversidade e Inclusão: a vivência de um novo paradigma. Biblioteca da Musicoterapia Brasileira (2012). Acedido Janeiro 17, 2015, em <http://biblioteca-da-musicoterapia.com/index.php>.
- Vigotski, L. S. (2011). A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal. *Educação e Pesquisa*, 37(4), 863–869. doi:10.1590/S1517-97022011000400012.
- Wan, C. Y., Demaine, K., Zipse, L., Norton, A. & Schlaug, G. (2010). From music making to speaking: Engaging the mirror neuron system in autism. *Brain Res Bull*, 82, 161–168. doi:10.1016/j.brainresbull.2010.04.010.From.
- Yasuhara, A. & Sugiyama, Y. (2001). Music therapy for children with Rett syndrome. *Brain & development*, 23, 82–84. Disponível em <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/11738847>.